

Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06 - Mangabeira, João Pessoa/PB
(83) 98832-9676. (83) 99706-6363. (83) 98660-8858.

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

99135-3406

NOME Jose Fernando Menezes Dos Santos TELEFONE 98182-7229

ESTADO CIVIL Solteiro PROFISSÃO Mecânico

CPF 713.315.394-71 RG 4427813 ENDEREÇO Rua Projetada,
SN - casa, Mata Redonda - Alhandra/PB.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 18 de dezembro de 2019

(OUTORGANTE) Jose Fernando Menezes Dos Santos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

INSTITUTO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

PARAÍBA

P-024

JOSÉ FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.427.813 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/05/2016

NOME JOSÉ FERNANDO MERCES DOS SANTOS

FILIAÇÃO JOSÉ INÁCIO DOS SANTOS
JANIRA MARIA DAS MERCES DOS SANTOS

NATURALIDADE JOÃO PESSOA-PB DATA DE NASCIMENTO 11/01/1999

DOC ORIGEM NASC.N.15129 FLS.218 LIV.A15

CPF CARTORIO ALHANDRA-PB

713.315.394-71

João Pessoa - PB

LEI Nº 10.132/2001

LEI Nº 10.132/2001

LEI Nº 10.132/2001

12 NOV. 2013

PROTOCOLADO

JOÃO PESSOA



JANIRA MARIA DAS MERCES DOS SANTOS
 RUA PROJETADA S/N - CASA - MATA REDONDA
 ALHANDRA/PB CEP: 58320000 (AG. 18)

Emissão 21/09/2018 Referência Set / 2018
 Classe/Usuário: RESIDENCIAL/ RESIDENCIAL MONOFASICO B230 Km25 - Cota Redutor - Josa Passoa/PB CEP: 583071-033

Medidor 00001080251 Nº medidor 00001080251
 CNPJ: 09.095.182/0001-49 Inc. Est. 16.915.325-0

Cód. para Deb. Automático: 00011454048

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 0800 083 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **Apresentação** 21/09/2018
Data prevista da próxima leitura 23/10/2018
 CPF/ CNPJ/ RANI 893.303.904-04 Inc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1145404-8

Canal de contato

Anterior	Atual	Dias	Consumo	Constante	Consumo	Dias
23/08/18	17408	17336	1	127	28	

Demonstrativo

0801 Consumo em kWh	127.000,00	0,619430	104,08	27	28,08	104,08	0,84	3,57
0801 Aloc. B Vermelha	9,27	9,27	27	2,50	0,27	0,07	0,34	

CCL Código de Classificação do Rem. TOTAL 113,33 30,53 113,33 0,91 4,21

VENCIMENTO 28/09/2018

TOTAL A PAGAR R\$ 113,33

Histórico de Consumo (kWh)	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18
	126	149	149	152	175	181	156	158	154	154	145	120

RESERVADO AO FISCO

9946.5d6c.c7c.e2a1.d812.aad1.ebac.9393.

Indicadores de Qualidade 7/2015 - Média Resolva

Limites	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	12,30	2,37
DIC TRIMESTRAL	12,30	2,37
DIC ANUAL	12,30	2,37
FIC MENSAL	26,80	1,00
FIC TRIMESTRAL	26,80	1,00
FIC ANUAL	26,80	1,00
DMC	3,63	2,37
DIR	12,22	2,37

ATENÇÃO

Reajuste Tarifário - Vigência 28/09/18 - Res. ANEEL nº 2.439. Alta Tensão 15,41% Médio

Faturas em atraso

Valor de EUSD (R\$)	Valor	%
Total	113,33	100,00
Outros Serviços	0,00	0,00
Impostos Diretos e Encargos	35,71	31,51
Encargos de Tensão	2,84	2,50
Encargos de Energia	42,37	37,39
Compras de Energia	26,37	23,23
Serviços de Dist. da Energia	26,37	23,23

PROTÓCOLO 12 NOV 2018

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA S.A.





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00587.01.2018.1.06.106

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00587.01.2018.1.06.106, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: Aos 09:32 horas do dia 19 de junho de 2018, na cidade de Alhandra, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia de Comarca de Alhandra, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Francisco Basílio Rodrigues, matrícula 1355406, e lavrado por Renata Maria Teixeira Thorpe, Agente de Investigação, matrícula 1820095, ao final assinado, compareceu **Jose Fernando Mercês dos Santos**, RG nº 4427812 SDS/PB, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), profissão Mecânico, filho(a) de Janira Maria das Mercês dos Santos e Jose Inácio dos Santos, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 11/01/1999 (19 anos de idade), residente e domiciliado(a) no (a) Rua Silvino Bezerra de Lima, Nº 110, complemento MATA REDONDA, bairro [Indeterminado], tendo como ponto de referência Bar de Seu Bal, na cidade de Alhandra/PB, telefone(s) para contato (83) 99135-5406.

Dados do(s) Fatos:

Local: Rua Silvino Bezerra de Lima, nº 110, Mata Redonda, Bar de Seu Bal, Alhandra/PB, bairro [Indeterminado]; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 18/05/18 11:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **PERDA OU EXTRAVIO DE DOCUMENTO E/OU OBJETO**.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

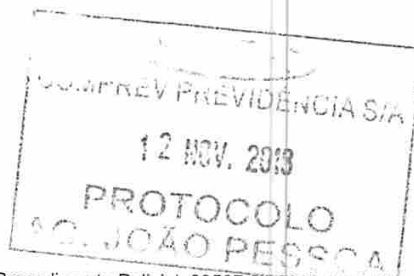
QUE, EM 18 DE MAIO DE 2018, POR VOLTA DAS 11HS, O COMUNICANTE ESTAVA NAS PROXIMIDADES DO BAR DO TREVO, NA MATA REDONDA E FOI ATRAVESSAR A RUA E NÃO VIU QUANDO VINHA UMA CAÇAMBA E ACABOU ATINGINDO O COMUNICANTE NO LADO ESQUERDO; QUE, COM O CHOQUE O COMUNICANTE PERDEU A CONSCIÊNCIA E FOI SOCORRIDO PELA AMBULÂNCIA DO SAMU, OCORRÊNCIA 2076193, E FOI ENCAMINHADO PARA O HOSPITAL DE TRAUMA DE JOÃO PESSOA, ONDE FOI DIAGNOSTICADO COM FRATURA DE CLAVÍCULA.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

RENATA MARIA TEIXEIRA THORPE
Agente de Investigação

Alhandra/PB, 19 de junho de 2018.

JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS
Noticiante



Procedimento Policial: 00587.01.2018.1.06.106





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA

LAUDO MÉDICO

OBS: DADOS EXTRAÍDOS DO BE nº 1083884 e PRONTUÁRIO nº 108915

PACIENTE: JOSÉ FERNANDO MERCES DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO: 11.01.99

Data e Hora do Atendimento: 23.05.18

Horário: 10:42h

MOTIVO(S) DO ATENDIMENTO: Paciente deu entrada neste hospital encaminhado da Central de Fraturas com historia de acidente de motocicleta apresentando quadro de dor, edema e deformidade na região clavicular esquerda. Atendido pelo Dr. Stefferson Pinheiro Diniz CRM 5762, Dr. Matheus Enomoto CRM 10204.

DIAGNÓSTICO INICIAL: FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA

CID 10 S 42 0

RESUMO DOS PRINCIPAIS EXAMES E PROCEDIMENTO(S) REALIZADO(S):

Primeiro atendimento, avaliação da traumatologia, Rx de Tórax AP e Perfil, Rx da clavícula esquerda AP e Perfil e tratamento cirúrgico em 26.05.18 com redução e fixação de fratura da clavícula esquerda.

ALTA HOSPITALAR: Em 28.05.18.

Data da Emissão: 30.09.19

DR. GLENDER TERCIO TRINDADE
AUDITOR CVBHEETSHL
CRM - 3920

Dr. Glender Tércio G. G. da Trindade
Médico Auditor - HETSHL
Mat. 29.031-9/ CRM- 3920

Laptop/gt

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar
Para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.



Buscar no site

A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (Pontos-de-Atendimento) ▾ CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT
Acompanhe o Processo de Indenização

12/12/2018 10:33:23

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados em 5 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180533310 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez




PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 71331539471

Posição em 21-03-2019 10:33:23

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise c

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
12/12/2018	Negativa Técnica - Sem sequelas	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/pRJullyeeGCxZnH4O5gEtw==/api_key=YV4jS8vRQBfNxqXEnt0Xych5wJLNHM1+yknJ9GngWi8=)
22/11/2018	Exigência Documental	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/5Tp1__olyn+ljuxpquyJyaw=api_key=YV4jS8vRQBfNxqXEnt0Xych5wJLNHM1+yknJ9GngWi8=)
22/11/2018	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/1V0+7mhAMLCX+ojc__Yvcapi_key=YV4jS8vRQBfNxqXEnt0Xych5wJLNHM1+yknJ9GngWi8=)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguero-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)



Assinado eletronicamente por: JOSE EDUARDO DA SILVA - 20/12/2019 15:53:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122015534330800000026301185>

Número do documento: 19122015534330800000026301185

PROCESSO NÚMERO - 0811942-46.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS

Advogados do(a) AUTOR: ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438, JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578

RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, o autor informou exercer a profissão de mecânico, declarando não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais (ID 27250009) é de R\$ 203,99 (duzentos e três reais e noventa e nove centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.



Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas rerepresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0811942-46.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS

RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte:

**LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME
R. PEDRO ALVES SABINO, 12, SALA 101, MANGABEIRA
JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58059-126**

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

João Pessoa/PB, 28 de fevereiro de 2020.

De ordem, ISABEL MARIA BASILIO CRISPIM LONDRES
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 19122015534257700000026301183



CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que DEIXEI DE CITAR a Parte Indicada LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME, por não encontrá-la, sendo informado pelo Sr. NETO, proprietário de uma Empresa de contabilidade denominada "Dinamize Assessoria e Consultoria, ali existente, de que a Promovida não funciona nesse endereço este nada mais sabe a seu respeito. O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa-PB, 19 de março de 2020

EDVAN GOMES DA SILVA

Oficial de Justiça





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0811942-46.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS

RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, *INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, falar sobre a certidão do oficial de justiça, bem como, informar o atual endereço da parte p r o m o v i d a .*

João Pessoa/PB, 23 de março de 2020.

ISABEL MARIA BASILIO CRISPIM LONDRES

Técnico Judiciário



EXCELENTÍSSIMO (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

JUSTIÇA GRATUITA

JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS, devidamente singularizado nos autos da *Ação de Cobrança*, movida em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS SA, por seus advogados e procuradores, adiante assinados, vêm, com a devida vênua, perante Vossa Excelência, REQUERER A CITAÇÃO DA RÉ, no endereço, qual seja, R. Pedro Alves Sábino, 12 - 101 - Mangabeira, João Pessoa - PB, 58059-126. Telefone: (83) 3578-3020.

Ademais, existem outros processos tramitando nessa mesma vara, contra o mesmo reu e não há problemas na citação da empresa. Em anexo, segue AR de outro processo confirmando o recebimento no local indicado.

Nestes termos

Pede deferimento





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0811942-46.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS

Advogados do(a) AUTOR: ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438, JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578

RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DESPACHO



Vistos.

Considerando o teor da petição de ID 29460785, renove-se o cumprimento da determinação contida no despacho de ID 27323237.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0811942-46.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS

REU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira, Comarca da Capital, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte:

**LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME
R. PEDRO ALVES SABINO, 12, SALA 101 - MANGABEIRA
JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58059-126**

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

João Pessoa/PB, 27 de abril de 2020.

De ordem, ISABEL MARIA BASILIO CRISPIM LONDRES
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O

IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: **19122015534257700000026301183**





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0811942-46.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS

REU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

Certifico que, por força do Ato Normativo Conjunto nº 002, publicado no DJ em 18/03/2020, ficou suspenso o cumprimento de mandados ou diligências, salvo os casos urgentes, e os oficiais de justiça só retornaram a desempenhar suas funções em 11/08/2020, motivo pelo qual o processo se encontra aguardando o cumprimento e devolução dos mandados para o devido prosseguimento do feito.

João Pessoa/PB, 18 de agosto de 2020.

ISABEL MARIA BASILIO CRISPIM LONDRES

Técnico Judiciário



CERTIDÃO

CERTIFICO que DEIXEI de efetuar a CITAÇÃO da parte ré: Nome: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA – ME, Endereço: R Cel Benevenuto Gonçalves da Costa, 292, sl 101, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58059-126 , por não a ter encontrado, sendo informado pelo Sr. Anderson Araújo que trabalhar na empresa DINAMIZE – ASSESSORIA CONTÁBIL que há mais de cinco meses se instalou no presente endereço nas salas 101 e 102 que não sabe informar o atual endereço da parte ré. Dou fé

Joao Pessoa-PB, 10 de setembro de 2020.

José Herlan de Lacerda

Oficial de Justiça





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0811942-46.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS

REU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, *INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, falar sobre a certidão do oficial de justiça, bem como, informar o atual endereço da parte promovida.*

João Pessoa/PB, 24 de setembro de 2020.

ISABEL MARIA BASILIO CRISPIM LONDRES
Técnico Judiciário



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

JUSTIÇA GRATUITA

JOSE FERNANDO MERCES DOS SANTOS - CPF: 713.315.394-71, já devidamente qualificado e representado nos autos da *Ação de indenização*, processo em destaque, por seus advogados e procuradores, adiante assinados, vem, com a devida vênia, perante Vossa Excelência, requerer a alteração do polo passivo para **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, tendo em vista que a LIFE Seguros encontra se fechada.

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

Dessa forma requer que seja citada a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-20 e dado prosseguimento no feito

Nestes termos.

Espera deferimento.

João Pessoa, 05 DE OUTUBRO DE 2020.

